

Energia Potiguar
Geradora Eólica
S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Diretores e Acionistas da
Energia Potiguar Geradora Eólica S.A.
Pedra Grande - RN

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis pelos efeitos nos saldos correspondentes de 2015

Examinamos as demonstrações contábeis da Energia Potiguar Geradora Eólica S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos nos saldos correspondentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 do assunto descrito na seção Base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energia Potiguar Geradora Eólica S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

A Companhia não cumpriu cláusulas restritivas (covenants) em 31 de dezembro de 2015, o que permitiria ao detentor do instrumento passivo acelerar seu vencimento. Dessa forma, o saldo do financiamento classificado no passivo não circulante deveria ter sido reclassificado para o passivo circulante em 31 de dezembro de 2015. Caso esta reclassificação tivesse sido efetuada, o passivo circulante estaria a maior e o passivo não circulante estaria a menor em R\$ 72.481 mil em 31 de dezembro de 2015. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 datada de 30 de março de 2016 foi portanto ressalvada. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis do período corrente também inclui ressalva em decorrência do possível efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do período corrente e valores correspondentes.



Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos

São Paulo, 31 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2



137788-111130-Ener
gia Potiguar 2016.xls

Energia Potiguar Geradora Eólica S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2016	2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.479	1.230	Fornecedores		143	55
Aplicações financeiras	4	3.903	3.955	Financiamentos	7	5.348	5.271
Contas a receber	5	2.725	2.525	Obrigações tributárias		324	481
Estoques		1.939	1.011	Salários e férias a pagar		53	56
Impostos a recuperar		178	179	Dividendos a pagar	8	1.041	-
Outras contas a receber		135	7	Outras contas a pagar		-	25
Despesas antecipadas		-	17				
		<u>11.359</u>	<u>8.924</u>			<u>6.909</u>	<u>5.888</u>
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais		-	7	Financiamentos	7	68.174	72.481
				Provisão para contingências	9	3	-
						<u>68.177</u>	<u>72.481</u>
Imobilizado	6	98.177	101.830				
Intangível		166	169	Patrimônio líquido	10		
		<u>98.343</u>	<u>102.006</u>	Capital social		27.955	27.955
				Reservas de lucros		6.661	4.606
						<u>34.616</u>	<u>32.561</u>
Total do ativo		<u><u>109.702</u></u>	<u><u>110.930</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>109.702</u></u>	<u><u>110.930</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energia Potiguar Geradora Eólica S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Receita operacional líquida	11	18.834	17.202
Custo do produto vendido	12	<u>(7.181)</u>	<u>(8.040)</u>
Lucro bruto		<u>11.653</u>	<u>9.162</u>
Outras receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas e gerais	13	(157)	48
Outras despesas operacionais, líquidas	13	<u>(55)</u>	<u>2.034</u>
		<u>(212)</u>	<u>2.082</u>
Resultado operacional		<u>11.441</u>	<u>11.244</u>
Despesas financeiras	14	(7.135)	(6.680)
Receitas financeiras	14	<u>663</u>	<u>497</u>
		<u>(6.472)</u>	<u>(6.183)</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		4.969	5.061
Imposto de renda e contribuição social - corrente	15	<u>(804)</u>	<u>(690)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>4.165</u></u>	<u><u>4.371</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energia Potiguar Geradora Eólica S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	<u>4.165</u>	<u>4.286</u>
Resultado abrangente total	<u><u>4.165</u></u>	<u><u>4.286</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energia Potiguar Geradora Eólica S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	<u>Reserva de lucros</u>				Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	
Saldos em 1º de janeiro de 2015	27.003	122	198	-	27.323
Aumento de capital	952	-	-	-	952
Lucro líquido do exercício	-	-	-	4.286	4.286
Proposta de destinação do lucro líquido e lucros acumulados à AGO					
Reserva legal	-	214	-	(214)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	4.072	(4.072)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>27.955</u>	<u>336</u>	<u>4.270</u>	<u>-</u>	<u>32.561</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	4.165	4.165
Distribuição de dividendos	-	-	(1.069)	-	(1.069)
Proposta de destinação do lucro líquido e lucros acumulados à AGO					
Reserva legal	-	208	-	(208)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(1.041)	(1.041)
Reserva de retenção de lucros	-	-	2.916	(2.916)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>27.955</u>	<u>544</u>	<u>6.117</u>	<u>-</u>	<u>34.616</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energia Potiguar Geradora Eólica S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	4.165	4.286
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	3.600	3.594
Juros e variações monetárias	7.125	6.574
Constituição de provisão para contingências	3	-
Custo residual do ativo imobilizado e intangível baixados	56	48
	<u>14.949</u>	<u>14.502</u>
(Aumento) Redução nos ativos operacionais:		
Aplicações financeiras	52	(220)
Contas a receber	(200)	(999)
Estoques	(928)	(1.011)
Impostos a recuperar	1	-
Outras contas a receber	(128)	41
Despesas antecipadas	17	2
Depósitos judiciais	7	-
Aumento (Redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	88	(900)
Obrigações tributárias	(157)	263
Salários e férias a pagar	(3)	56
Outras contas a pagar	(25)	25
	<u>13.673</u>	<u>11.759</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	380
Aquisição de ativo intangível	-	(3)
	<u>-</u>	<u>377</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos		
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Financiamentos pagos	(11.355)	(11.512)
Dividendos pagos	(1.069)	-
	<u>(12.424)</u>	<u>(11.512)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>1.249</u>	<u>624</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.230	606
No fim do exercício	<u>2.479</u>	<u>1.230</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>1.249</u>	<u>624</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Energia Potiguar Geradora Eólica S.A. (Companhia), localizada na Fazenda Boca de Campo, s/n, Zona Rural, município de Pedra Grande - RN foi constituída em 17 de janeiro de 2011. A Companhia tem por objeto social a geração de energia elétrica através da fonte eólica, incluindo o desenvolvimento de estudos de viabilidade, implantação, montagem e administração de projetos de geração de energia eólica e a comercialização da energia elétrica gerada. A Companhia iniciou suas atividades em abril de 2014.

2 Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo.

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade com relação às normas do CPC

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2017.

b. Base de mensuração e conteúdo

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo possível, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação dessas demonstrações financeiras de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas.

2.2 Principais práticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em espécie, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez com vencimentos inferiores a 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor de mercado.

b. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras incluem os recursos que não serão aplicados na operação no curto prazo, dentro de um período inferior a 90 dias.

c. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os financiamentos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O principal ativo reconhecido na Companhia é a aplicação financeira.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não contratou operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2016 e 2015, incluindo operações de *hedge*.

(iv) Categoria dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros estão classificados em: Empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa), Valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e Custo amortizado (fornecedores, financiamentos e partes relacionadas). Os valores contábeis dos instrumentos categorizados como Empréstimos e recebíveis e Custo amortizado se aproximam do valor justo.

d. Ativos arrendados

A Companhia possui apenas arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial. Os pagamentos efetuados referentes a arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

e. *Imobilizado*

Os bens integrantes do ativo imobilizado, representados por ativos tangíveis, foram inicialmente registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da respectiva depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável.

f. *Intangível*

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, identificáveis, sob o controle da Companhia e que geram benefícios econômicos futuros.

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo da data de aquisição. Depois do reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável.

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizáveis e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que foi incorrido.

g. *Licenças ambientais*

As licenças ambientais prévias e de instalação, obtidas na fase de planejamento do empreendimento são reconhecidas como custo do parque eólico.

h. *Redução ao valor recuperável*

O imobilizado tem o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

i. *Fornecedores*

Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo custo histórico, que se aproxima substancialmente de seu valor justo.

j. *Financiamentos*

Os financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, abrangendo o valor original do recurso obtido com a instituição financeira acrescida de eventuais custos de transação, e, subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva e incluídas em despesas financeiras. Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo no prazo superior de doze meses a contar da data de encerramento do balanço.

Capitalização dos custos dos financiamentos

Os custos dos financiamentos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos.

k. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para contingências são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável e que ocasiona uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia. Essas provisões são atualizadas periodicamente.

l. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a base presumida excedente de R\$ 240 para imposto de renda e de 9% sobre a base presumida para contribuição social sobre o lucro líquido.

m. Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

n. Capital social

O capital social está composto em sua totalidade por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

o. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo:

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) que será adotada à partir de 1º de Janeiro de 2018.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes) que será adotada à partir de 1º de Janeiro de 2017.

IFRS 16 Leases (Arrendamento) que será adotada à partir de 1º de Janeiro de 2019.

A Administração não planeja adotar esta norma de forma antecipada.

A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes as estas normas.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa e bancos	2.479	1.230

4 Aplicações financeiras

	2016	2015
Aplicações financeiras	3.903	3.955

As aplicações financeiras de curto prazo, com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor, são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado Depósito Interbancário (CDI), que foi de 14% a.a. em 2016 (13,18 % a.a. em 2015).

5 Contas a receber

	2016	2015
Contas a receber - partes relacionadas (nota 8)	2.725	2.525

O contas a receber é composto apenas por operações com partes relacionadas, com as empresas Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. e Serveng Civilsan S.A. Em função disso, a Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa.

6 Imobilizado

	2016	2015
Aerogeradores	91.369	94.773
Instalações e benfeitorias	3.654	3.787
Máquinas e equipamentos	3.154	3.270
	98.177	101.830

Movimentação do ativo imobilizado

	Taxa depreciação (a.a. %)	01/01/2015	Adições	Baixas	31/12/2015	Adições	Baixas	31/12/2016
Custo								
Equipamentos de informática		48	-	(48)	-	-	-	-
Aerogeradores		100.568	-	-	100.568	-	(55)	100.513
Instalações e benfeitorias		3.999	-	-	3.999	-	-	3.999
Máquinas e equipamentos		3.465	-	-	3.465	-	-	3.465
		108.080	-	(48)	108.032	-	(55)	107.977
Depreciação								
Aerogeradores	3.3	(2.449)	(3.346)	-	(5.795)	(3.351)	2	(9.144)
Instalações e benfeitorias	4 a 25	(80)	(132)	-	(212)	(133)	-	(345)
Máquinas e equipamentos	4 a 25	(79)	(116)	-	(195)	(116)	-	(311)
		(2.608)	(3.594)	-	(6.202)	(3.600)	2	(9.800)
Total do imobilizado		105.472	(3.594)	(48)	101.830	(3.600)	(53)	98.177

7 Financiamentos

	2016	2015
Circulante	5.348	5.271
Não circulante	<u>68.174</u>	<u>72.481</u>
Financiamento com BNDES	<u>73.522</u>	<u>77.752</u>

Vencimentos - Anos

2018		5.348
2019		5.348
2020		5.348
2021		5.348
2022 em diante		<u>46.782</u>
Total do não circulante		<u>68.174</u>

O financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), captado pela Companhia, tem como objetivo financiar a construção do parque eólico nas cidades de Pedra Grande no estado do RN, estando sujeito a encargos fixos de 2,18% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), com prazo de amortização mensal de até 192 meses. O valor financiado está garantido pela alienação fiduciária da totalidade da receita proveniente da venda de energia elétrica pela controladora Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. Esse financiamento possui indicador financeiro (covenant) anual em que o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) deve ser maior ou igual a 1,3, onde: (EBITDA - Imposto de Renda e Contribuição Social) / (Soma dos pagamentos do principal + Juros em 12 meses). O cálculo e consequente manutenção do índice conforme definido, deve começar a ser efetuado a partir da data de início de operação do parque eólico. Conforme demonstrado no cálculo abaixo, a Companhia atingiu o ICSD contratualmente definido no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

	2016
Lucro operacional líquido	11.653
Despesas administrativas e gerais	(157)
(-) Despesas não recorrentes	773
(-) Depreciação e amortização	3.601
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(55)
EBITDA	<u>15.815</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(804)
Geração de caixa da atividade	<u>15.011</u>
Serviço da dívida	<u>11.340</u>
Índice de cobertura do serviço da dívida	<u>1,324</u>

8 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas decorrem de transações com a Companhia e seus controladores.

Ativo circulante	2016	2015
Contas a receber		
Serveng Civilsan S.A.	805	805
Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A.	1.920	1.720
	<u>2.725</u>	<u>2.525</u>
 Passivo circulante		
Fornecedores		
Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A.	113	-
Serveng Civilsan S.A.	-	35
Outros	-	20
	<u>113</u>	<u>55</u>
Dividendos a pagar		
Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A.	1.041	-
 Resultado		
Receita de vendas		
Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A.	19.547	17.853

Em 21 de julho de 2011 a Companhia celebrou um contrato de compra e venda de energia elétrica incentivada com sua controladora Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A., cujo objeto foi a comercialização, entre as partes, de energia incentivada com 50% de desconto nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) no período de 31 de dezembro de 2012 a 30 de dezembro de 2032, na região Nordeste.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Não houve remuneração à Administração durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

9 Contingências

	2016	2015
Processos cíveis	<u>3</u>	<u>-</u>

10 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social da Companhia é de R\$ 27.955 (R\$ 27.955 em 2015) totalmente integralizado e representado por 29.156.463 (29.156.463 em 2015) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

b. Reserva legal

É constituída a razão de 5% sobre o lucro líquido no final de cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reservas de lucros

	2016
Saldo inicial	4.606
Lucro líquido do exercício	4.165
Dividendos propostos	(1.041)
Distribuição de dividendos	<u>(1.069)</u>
	<u>6.661</u>

Os dividendos distribuídos foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária em 29 de abril de 2016.

11 Receita operacional líquida

	2016	2015
Venda de energia	19.547	17.853
Impostos sobre as vendas	<u>(713)</u>	<u>(651)</u>
	<u>18.834</u>	<u>17.202</u>

12 Custo do produto vendido

	2016	2015
Depreciação e amortização	(3.601)	(3.594)
Custo do produto vendido	(667)	(765)
Custo com mão de obra	(550)	(615)
Arrendamento de terras (nota 15)	(389)	(334)
Outros custos	<u>(1.974)</u>	<u>(2.732)</u>
	<u>(7.181)</u>	<u>(8.040)</u>

13 Outras receitas (despesas) operacionais

Despesas administrativas e gerais	2016	2015
Despesas comerciais	-	(12)
Despesas com pessoal	-	(21)
Despesas com serviços	(4)	(11)
Outras despesas	<u>(153)</u>	<u>92</u>
	<u>(157)</u>	<u>48</u>

Outras despesas operacionais, líquidas	2016	2015
Bonificações	-	2.034
Baixas de ativo imobilizado	(52)	-
Outros	(3)	-
	<u>(55)</u>	<u>2.034</u>

14 Resultado financeiro

	2016	2015
Receitas financeiras		
Rendimentos s/aplicações financeiras	662	496
Descontos obtidos	1	1
	<u>663</u>	<u>497</u>
Despesas financeiras		
Juros s/empréstimos	(7.125)	(6.595)
Juros pagos	(6)	(377)
Outras despesas financeiras	(4)	(8)
	<u>(7.135)</u>	<u>(6.680)</u>

15 Imposto de renda e contribuição social

	2016	2015
Imposto de renda		
Receita	19.547	17.853
Alíquota	8%	8%
	<u>1.564</u>	<u>1.428</u>
Receita financeira	663	497
Base de cálculo	2.227	1.925
Alíquota vigente	15%	15%
Imposto apurado	334	289
Adicional federal de 10%	199	164
Imposto apurado	<u>533</u>	<u>453</u>
Contribuição social		
Receita	19.547	17.853
Alíquota	12%	12%
	<u>2.346</u>	<u>2.142</u>
Receita financeira	663	497
Base de cálculo	3.009	2.639
Alíquota vigente	9%	9%
Imposto apurado	<u>271</u>	<u>237</u>
Total do imposto de renda e da contribuição social	<u>804</u>	<u>690</u>
Alíquota de imposto efetiva		
Receita	20.210	18.543
Imposto calculado (IR/CS)	804	690
	<u>4%</u>	<u>4%</u>

16 Arrendamentos mercantis operacionais

A Companhia arrenda terrenos sob a forma de arrendamento operacional. O contrato iniciou-se em dezembro de 2010 e tem duração de 25 (vinte e cinco) anos, podendo ser renovado em comum acordo entre as partes. O pagamento deve ser correspondente a 2% (dois por cento) do faturamento bruto anual do parque. A Companhia é impedida de entrar em qualquer contrato de subarrendamento. A Companhia não participa no valor residual do bem arrendado, conseqüentemente, foi determinado que todos os riscos e benefícios do bem arrendado são do arrendador.

a. Pagamentos mínimos futuros

Em 31 de dezembro de 2016 os pagamentos mínimos futuros são como segue:

2017	414
2018	409
2019	428
2020	449
2021 em diante	<u>7.906</u>
	<u><u>9.606</u></u>

b. Valores reconhecidos no resultado

	2016	2015
Arrendamento de terra (nota 12)	<u>389</u>	<u>334</u>

17 Gerenciamento de riscos

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

17.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, pelas características individuais de cada cliente.

A Companhia não reconhece uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que 100% da sua receita é com partes relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2016 a exposição máxima é de R\$ 9.107 (R\$ 7.710 em 2015) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber.

17.2 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é a de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

	Até 1 ano	Até 2 anos	+ 2 anos
Fornecedores	143	143	-
Financiamentos	5.348	10.696	62.826

17.3 Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: não existe risco de taxas de juros decorrente de parcelas de dívidas e aplicações financeiras, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

17.4 Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia.

17.5 Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus sócios.

17.6 Análise dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas Demonstrações financeiras:

	Valor contábil		(Nível 2)	
			Valor justo	
	2016	2015	2016	2015
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	2.479	1.230	2.479	1.230
Aplicações financeiras	3.903	3.955	3.903	3.955
Contas a receber	2.725	2.525	2.725	2.525
Outras contas a receber	135	7	135	7
Total	9.242	7.717	9.242	7.717
Passivos financeiros				
Fornecedores	143	55	143	55
Financiamentos	73.522	77.752	73.522	77.752
Total	73.655	77.807	73.655	77.807

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos.

Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos.

Instrumentos financeiros por categoria:

	2016		
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	2.479	-	-
Aplicações financeiras	-	3.903	-
Contas a receber	2.725	-	-
Outras contas a receber	135	-	-
Total	5.339	3.903	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	143
Financiamentos	-	-	73.522
Total	-	-	73.665
2015			
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	1.230	-	-
Aplicações financeiras	-	3.955	-
Contas a receber	2.525	-	-
Outras contas a receber	7	-	-
Total	3.762	3.955	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	55
Financiamentos	-	-	77.752
Total	-	-	77.807

17.7 Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- **Nível 2:** inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2.

17.8 Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

O principal risco atrelado às operações da Companhia está ligado a variação do CDI para aplicações financeiras e TJLP para os financiamentos.

As aplicações financeiras estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e financiamentos aos quais a Companhia e suas controladas estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2016, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida para os próximos 12 meses a média de 14% para o CDI e 7,5% para a TJLP, sendo estes definidos como cenário provável; e a partir deste, foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente:

Operação	Exposição	Risco	Provável	Aumento		Redução	
				25%	50%	25%	50%
Aplicação financeira		CDI					
Receita financeira	3.903		<u>546</u>	<u>682</u>	<u>819</u>	<u>410</u>	<u>273</u>
Financiamentos		TJLP					
Despesa financeira	73.522		<u>(5.514)</u>	<u>(6.893)</u>	<u>(8.271)</u>	<u>(4.136)</u>	<u>(2.757)</u>
Resultado financeiro			<u>(4.968)</u>	<u>(6.211)</u>	<u>(7.452)</u>	<u>(3.726)</u>	<u>(2.484)</u>

* * *

Diretoria

Contabilidade

Mario Fernando de Acioli Conrado Junior
 Contador CRC 1SP 211853/O-5-S-RN